

Memória, patrimônio e educação

Apontamentos sobre a construção de um centro de memória da educação em Duque de Caxias

Memory, heritage and education: notes on the construction of a center for memory of education in Duque de Caxias / Memoria, patrimonio y educación: notas sobre la construcción de un centro de memoria educativa en Duque de Caxias

Renata Spadetti Tuão

Doutora em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Diretora e pesquisadora do Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense (Cepemhed). Professora da Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, Brasil. spatua@hotmail.com

Márcia Spadetti

Doutora em Educação pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Diretora e pesquisadora do Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense (Cepemhed). Professora do ensino fundamental da Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, Brasil. mardettituao@gmail.com

Marluce Souza de Andrade

Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Diretora e pesquisadora do Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação de Duque de Caxias e Baixada Fluminense (Cepemhed). Professora do ensino fundamental e orientadora pedagógica da Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, Brasil. marluce@hotmail.com

RESUMO

Analisa a constituição do Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação de Duque de Caxias e Baixada Fluminense (Cepemhed) com base em documentos legais e relatórios institucionais (2007-2024), partindo da concepção de memória como construção social atravessada por disputas. Conclui que o Cepemhed articula preservação, pesquisa e formação em contextos de invisibilidade histórica, promovendo o reconhecimento das escolas como espaços de memória.

Palavras-chave: centro de memória da educação; memória da educação; Duque de Caxias; Baixada Fluminense.

ABSTRACT

This study analyzes the Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação de Duque de Caxias e Baixada Fluminense (Cepemhed) constitution based on legal documents and institutional reports (2007-2024), starting from the concept of memory as a social construction crossed by disputes. It is concluded that Cepemhed articulates preservation, research and training in contexts of historical invisibility, promoting the recognition of schools as spaces of memory.

Keywords: center for memory of education; memory of education; Duque de Caxias; Baixada Fluminense.

RESUMEN

Este estudio analiza la constitución del Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação de Duque de Caxias e Baixada Fluminense (Cepemhed) con base en documentos legales e informes institucionales (2007-2024), partiendo de la concepción de la memoria como una construcción social atravesada por disputas. Se concluye que el Cepemhed articula preservación, investigación y formación en contextos de invisibilidad histórica, promoviendo el reconocimiento de las escuelas como espacios de memoria.

Palabras clave: centro de memoria educativa; memoria de la educación; Duque de Caxias; Baixada Fluminense.

Introdução

A memória, enquanto capacidade humana de reter fatos e experiências, manifesta-se tanto no plano individual quanto coletivo. A memória individual reflete as vivências pessoais, mas também carrega elementos do grupo social no qual o sujeito foi socializado. Já a memória coletiva é construída a partir de fatos considerados relevantes para a sociedade mais ampla, sendo materializada em monumentos, obras literárias, artísticas e outros registros que fixam uma versão oficial do passado. Em contraposição, subsistem as memórias subterrâneas, pertencentes a grupos sociais dominados, que, muitas vezes, não são monumentalizadas nem registradas formalmente. Essas memórias sobrevivem no interior de famílias ou comunidades, sendo transmitidas oralmente e emergindo em momentos de conflito ou por meio de práticas de pesquisa que buscam resgatá-las e inseri-las na narrativa coletiva.

O ritmo acelerado da vida nas sociedades modernas e o volume crescente de informações disponíveis no mundo contemporâneo impõe novos desafios à memória. A facilidade no acesso a dados e a velocidade da comunicação favorecem o consumo rápido e acrítico da informação, enfraquecendo a capacidade seletiva da memória — a função de escolher o que deve ser preservado como significativo e o que pode ser descartado. Em contraste com sociedades tradicionais, nas quais a memória era socialmente organizada e transmitida pelas gerações mais velhas, nas sociedades modernas, a função de conservar, de selecionar e de transmitir a memória passou, de maneira crescente, a ser desempenhada por instituições como arquivos, bibliotecas, museus e centros de memória. Esses espaços passaram a assumir, de modo sistemático, o papel de preservar as experiências, saberes e narrativas que sustentam a identidade social e cultural dos grupos e territórios.

Halbwachs (1990) aponta que a memória coletiva é construída socialmente, moldada pelas necessidades presentes dos grupos, e os centros de memória atuam como mediadores dessa construção ao selecionar e oferecer outros significados aos registros do passado. Camargo e Goulart (2015) apontam para o crescimento das experiências voltadas para a instituição de centros de memória, atribuindo importância como espaços de preservação de acervos e de formação crítica e diferenciando-os de arquivos tradicionais por não se limitarem à guarda passiva ao promoverem a circulação social da memória.

No campo educacional, a compreensão de que cada escola é, em si, um lugar de memória — expressão das práticas, culturas escolares e histórias individuais e coletivas — é central para o debate contemporâneo sobre memória, patrimônio e educação. A educação patrimonial emerge como prática indispensável, sobretudo

quando se entende, apoiados em Saviani (2008), que o trabalho educativo pode ser compreendido como o processo pelo qual se busca formar, de modo consciente e direcionado, em cada indivíduo, as qualidades humanas que são fruto da construção histórica e coletiva da sociedade. A valorização da memória educacional implica reconhecer os sujeitos, as práticas e as instituições escolares como patrimônios vivos da coletividade, cuja preservação é fundamental para a reflexão crítica sobre o presente.

Este artigo propõe uma reflexão sobre a constituição do Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense (Cepemhed), na cidade de Duque de Caxias (RJ). Parte-se do pressuposto de que a memória é uma construção social e histórica fundamental para compreender as relações entre tempo, história e identidade coletiva (Le Goff, 1996) e que, por ter como traço constitutivo a seletividade, tende a ser atravessada por conflitos entre grupos dominantes e subordinados, sendo possível distinguir memórias oficiais e memórias subterrâneas (Pollak, 1989). É necessário, portanto, em sociedades contemporâneas, a existência de lugares de memória como forma de resistência ao esquecimento (Nora, 1993), assim como a difusão da educação patrimonial atua como mediação crítica entre memórias legitimadas e memórias invisibilizadas (Najjar, 2010).

Desse modo, as fontes utilizadas como objeto de estudo consideram o decreto n. 4.805, de 23 de dezembro de 2005, a lei municipal n. 2.223, de 7 de novembro de 2008, os relatórios de atividades anuais do Cepemhed compreendidos entre 2007 e 2024 e as produções bibliográficas sobre centros de memória e Duque de Caxias. Propõe-se o levantamento bibliográfico na literatura acadêmica no Brasil que trata sobre a criação de centros de memória voltados para a educação, assim como a análise de conteúdo da legislação de criação e dos relatórios de atividades anuais do Cepemhed. Recorre-se à análise histórica para a compreensão dos processos que levaram à criação de um centro de memória no território.

O texto está organizado em três seções. A primeira seção aborda os fundamentos teóricos que orientam a análise desenvolvida no estudo; em seguida, expõe-se, de maneira breve, os elementos históricos de constituição da educação na cidade de Duque de Caxias, evidenciando os desafios para seu registro; e a terceira seção se dedica a apresentar o Centro de Memória da Educação de Duque de Caxias e Baixada Fluminense como espaço de pesquisa, arquivo e formação.

Memória, patrimônio e educação: perspectivas teóricas

As múltiplas possibilidades de estudo sobre a memória demonstram a sua importância para diversos ramos do conhecimento. A memória pode ser compreendida biológica, psicológica, social e historicamente. Para Le Goff (1996, p. 426), “o estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento”.

Instituições como bibliotecas, arquivos, museus e centros de memória exercem um papel crucial na construção da memória coletiva ao salvaguardar o patrimônio de determinada sociedade e propiciar o acesso ao mesmo. São, sobretudo, dispositivos culturais que preservam o que é produzido e valorizado socialmente e disponibilizam para usufruto da coletividade, especialmente as gerações futuras, em um movimento de transmissão do conhecimento e dos valores construídos e acumulados a partir dos bens culturais de um povo.

Cada uma dessas instituições se cerca de documentos que lhes são pertinentes de maneira peculiar, dando organicidade e possibilitando recuperar as informações ali depositadas. Além disso, essas organizações têm o papel fundamental de disseminar o conhecimento por meio de ações que facilitam a sua popularização. Esse movimento nasce na contramão de uma visão elitista desses espaços, considerados ainda por muitos “templos do saber”, em uma aura quase sagrada que impedia aos populares o acesso à informação e à apropriação dos bens culturais. Trata-se da passagem da visão limitada à guarda, no sentido de custódia de um bem, para partilha, visto que esse bem pode ser compartilhado pelos membros do grupo.

É nesse sentido que Najjar (2010) defende que o trabalho com o acervo não pode se limitar a passar algumas informações sobre os objetos e estruturas do passado desveladas pela pesquisa:

Mediações são necessárias para transformar um “caco” de cerâmica ou um pedaço arruinado de uma construção em elementos pertinentes a meu patrimônio cultural. Essas mediações, tarefa fundamental do trabalho educativo, passam pelo entendimento que podemos ver no “caco” o artefato e no artefato o homem e a sociedade que o fabricaram. É com os homens e não com os “cacos” que as pessoas podem se identificar. (Najjar, 2010, p. 151)

Para o autor, a educação patrimonial deve realizar o trabalho de transformar o passado morto, desumanizado, tido apenas como objeto a ser estudado, em passado vivo, em passado de pessoas semelhantes a mim. “O diálogo com esse passado me permite reconstruir minha identidade” (Najjar, 2010).

Para Michel Pollak (1989, 1992), seja de forma individual ou coletiva, a memória é um elemento constitutivo da identidade. No que diz respeito à coletividade, ela tem como função social dar o sentido de continuidade ao grupo, dando-lhe matéria-prima para a reconstrução de si. Porém, o processo de construção da identidade não se dá de forma plácida, visto que a memória coletiva é também seletiva, ela vai sendo negociada pelo grupo, nem sempre de forma pacífica. Afinal, o que é digno de ser lembrado? O que cairá no esquecimento? A dialética lembrar/esquecer envolve disputa de valores, que geram conflitos sociais e intergrupais, especialmente entre grupos políticos divergentes. Assim, o autor diferencia as memórias ditas oficiais e as memórias subterrâneas, que seriam as que vem “de baixo”, os “não ditos”, os esquecidos.

No campo da educação, poderíamos tomar como exemplo prático o processo de implementação de políticas educacionais ou até mesmo a construção de prédios escolares. No registro oficial, nas placas de inauguração e demais documentos sobressaem as “grandes autoridades”, ministros da Educação, governadores, prefeitos, secretários de governo. Já os trabalhadores, tais como professores, inspetores, diretores, merendeiras e demais membros da comunidade escolar são relegados ao esquecimento. No entanto, são eles que fazem o dia a dia da escola acontecer e, não raro, são os que reivindicam a criação desse espaço, trazendo-o à existência.

Nessa disputa, os objetos, edifícios e artefatos eleitos como “lugares de memória” trarão luz ao passado dos sujeitos que os constituíram como tal. Nora (1993) fala a respeito da contraditória multiplicação da necessidade de lugares de memória em uma sociedade onde a história-memória declinou. A ausência de uma memória espontânea e a iminente necessidade de lembrar fazem com que a sociedade crie lugares de memória.

Porque se é verdade que a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial [...] prender o máximo de sentido num mínimo de sinais, é claro, e é isso que os torna apaixonantes: lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações. (Nora, 1993, p. 22)

Porém, qual é a importância de instituições patrimoniais, como bibliotecas, arquivos e centros de memórias para o campo da educação? A educação tem um papel central na construção de uma sociedade mais democrática, “o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo

singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (Saviani, 2008, p. 13). Obviamente, esse trabalho deixa registros importantes a serem considerados no processo de constituição da própria sociedade. É preciso zelar por essa memória, visto que

como é frequente acontecer com tudo o que é óbvio, ele acaba sendo esquecido ou ocultado, na sua aparente simplicidade, problemas que escapam à nossa atenção. Esse esquecimento e essa ocultação acabam por neutralizar os efeitos da escola no processo de democratização. (Saviani, 2008, p. 15)

Assim, a democratização da sociedade passa pelo movimento de valorização da educação, sobretudo das práticas educativas e dos sujeitos que fazem a educação acontecer:

Toda escola é, eminentemente, um lugar de memória e um patrimônio histórico educativo. É expressão da história da educação, possibilitando a compreensão da história local e global, das concepções pedagógicas, das práticas e culturas escolares. É, também, a expressão dos sujeitos que por ela passam; as histórias e as memórias dos espaços educativos são forjadas por quem os constrói e neles permanece. (Nunes et al., 2022, p. 97)

Diante da multiplicidade de dimensões que compõem o conceito de memória — individual, coletiva, histórica e simbólica —, observa-se que seu estudo ultrapassa o campo da preservação documental, tornando-se elemento central na construção de identidades e na compreensão dos processos sociais. As instituições patrimoniais, ao assumirem o papel de mediadoras entre passado e presente, não apenas salvaguardam registros, mas também participam ativamente das disputas de sentido que envolvem o que deve ou não ser lembrado.

Nesse cenário, a educação patrimonial emerge como uma prática que dá visibilidade às memórias silenciadas, inscrevendo-as no tecido coletivo por meio de mediações críticas. Compreender a escola como espaço de memória é, portanto, reconhecer sua potência enquanto produtora de narrativas, saberes e vínculos, em especial quando seus sujeitos, muitas vezes ausentes da história oficial, passam a figurar como protagonistas na luta por reconhecimento e permanência. Na próxima seção, aborda-se a configuração histórica de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense, situando o contexto social e político em que se desenvolve a luta pela preservação da memória da educação.

Território e os desafios da preservação das memórias da educação em Duque de Caxias

Duque de Caxias é um município que compõe a região denominada Baixada Fluminense,¹ localizada no estado do Rio de Janeiro. É uma cidade periférica e limítrofe com o município do Rio de Janeiro que traz as marcas da desigualdade social dos espaços de crescimento urbano-industrial acelerado. Pertenceu ao município de Nova Iguaçu até 1943, quando ocorreu sua emancipação.

Nos primeiros anos de sua emancipação, os representantes governamentais não eram eleitos pelo voto direto, mas por indicação. Apenas em 1947, o primeiro prefeito eleito foi Gastão Glicério de Gouveia Reis.² Em 1968, o município foi decretado Área de Segurança Nacional por ter em seu território a Refinaria de Duque de Caxias (Reduc) no período da ditadura civil-militar, sendo proibido o voto direto para eleger os governantes até a década de 1980.

Ao longo do tempo, houve um crescimento populacional significativo, como também uma organização popular importante em alguns bairros do município. Entende-se, apoiados em Braz e Almeida (2010) e Souza (2014), que os seguintes elementos contribuíram para o adensamento populacional e organizativo: a instalação da Fábrica Nacional de Motores (FNM) em Xerém,³ em 1942, por sua relevância para a separação do território de Nova Iguaçu; a expansão da malha ferroviária que já havia sido implantada no século anterior; a implantação da Fábrica da Companhia União Manufatora de Tecidos (CUMT), em 1946, inaugurada em 1949 no bairro Centenário;⁴ a vinda de migrantes para a região Sudeste, especificamente para o estado do Rio de Janeiro; e a implantação da Refinaria Duque de Caxias (Reduc) em 1961, em Campos Elíseos.⁵

No âmbito educacional, José Lustosa (1958) – em seu livro encomendado pelo prefeito da época em virtude da comemoração do décimo quinto aniversário do município de Duque de Caxias – organizou um levantamento nominal das escolas, elencando algumas de suas características, tais como nome do diretor, quantidade de professores e endereço. Lustosa afirmou que, no ano de 1958,

1 Adota-se a definição de Baixada Fluminense, de acordo com a Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Fundrem), instituída a partir da caracterização de urbanização, violência e densidade populacional. Essa caracterização compreende os municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Japeri, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Queimados e São João de Meriti.

2 Oriundo de Minas Gerais. Foi cirurgião-dentista, oficial do Registro Civil de Duque de Caxias e político.

3 Atualmente, quarto distrito do município de Duque de Caxias.

4 Primeiro distrito (DC/RJ).

5 Segundo distrito (DC/RJ).

havia 34 instituições escolares públicas, enquanto as privadas consistiam no total de 101 escolas.

Diferentes pesquisadores que tratam sobre a educação em Duque de Caxias nesse período corroboram com a afirmação de Lustosa (1958) e indicam que o número de escolas públicas para o atendimento da população em idade escolar era insuficiente, contribuindo para o alto índice de analfabetismo da população, assim como para um quantitativo acentuado de bolsas escolares em escolas privadas subvencionadas pela prefeitura. O cenário educacional que se delineou na cidade foi marcado por extensas filas nas escolas públicas, refletindo a intensa disputa por vagas e a insuficiência estrutural para atender à demanda da população em idade escolar; número acentuado de escolas sem registro nos órgãos oficiais, muitas delas construídas a partir da organização de populares por meio dos centros pró-melhoramentos; professoras não diplomadas que ensinavam nas séries iniciais; troca de vagas por favores políticos; dificuldade na permanência nas escolas por questões financeiras, escolas distantes de suas moradias, entre outras questões.

Foram muitas lutas empreendidas no decorrer do processo de sobrevivência e na busca pelo direito à educação dos moradores do município. Diferentes frentes têm sido levantadas ao longo do tempo no município no sentido de preservar essas histórias por diversos grupos e instituições locais. O primeiro movimento é o de afirmar e reafirmar que essa região de periferia exige que a sua história seja contada. O segundo, a necessidade de assegurar que existem outras histórias do município a serem divulgadas para além da violência e das ausências.

É preciso, ainda, contar as histórias e as memórias da educação desse território com seus diferentes agentes. Principalmente aquelas histórias e memórias que nem sempre são difundidas pelos órgãos oficiais, que, por diversas vezes, no processo de enquadramento tornam-se memórias subterrâneas, de acordo com o que já foi apontado em pesquisas anteriores:

Os poucos registros oficiais sobre a história da educação da cidade preocupam-se, muitas vezes, em demonstrar sob quais governos as instituições educativas foram criadas via legislação, em direcionar o foco para a personalidade que dá nome à escola e em apontar as premiações nas quais a unidade escolar participou. (Costa et al., 2024, p. 174)

Essas perspectivas são relevantes para serem investigadas, mas não podem ser consideradas a totalidade da história da instituição educativa/escolar examinada. Adensa-se a essa questão o fato de que não há um arquivo público responsável por salvaguardar os patrimônios históricos da região, menos

ainda, o da educação. Esses aspectos dificultam o trabalho de pesquisa, já que, na maioria das vezes, o estudo empreendido na área da educação na cidade exige a busca por essa documentação em coleções pessoais dos agentes que passaram por instituições educativas e, por vezes, fica a cargo do responsável pela pesquisa a salvaguarda da documentação encontrada. Por esses dilemas, o arquivamento do acervo material e imaterial da educação tem estado em constante risco, ou pela ação temporal, ou pelo fato de não ser considerado um patrimônio. O acervo da educação precisa ser preservado, ter um espaço próprio para o seu arquivamento. Assim, há o desafio da temporalidade quanto à degradação física do material, à possibilidade de descarte, ao esquecimento, entre outros.

Além disso, a não valorização e a não identificação do bem (material ou imaterial) como um patrimônio a ser protegido contribuem para a possibilidade de apagamento dessa história/memória que não foi contada/investigada ainda. Por isso, torna-se necessária a formação em educação patrimonial voltada, principalmente, para o arquivo escolar, para que desperte esse desejo de preservação do acervo da educação. Segundo Najjar (2010), essa ação de implementação da educação patrimonial deve ser empreendida pelos órgãos governamentais, pelos movimentos sociais e pela escola. Assim, no debate sobre educação patrimonial, pensa-se a “escola enquanto produtora e promotora da memória” (Andrade et al., 2023, p. 5) e como “espaços de conhecimento e aprendizagem sobre a importância do patrimônio público para construção da cidadania [...] digno de ser reconhecido enquanto patrimônio de uma sociedade” (Najjar, 2010; Sanfelice, 2016).

Nesse diálogo instaurado na implementação de ações de educação patrimonial que reúne as pessoas do presente às memórias escolares do passado, “a educação patrimonial tem o papel fundamental de mediação entre o debate e as reflexões das memórias legitimadas e as que estão ainda invisibilizadas, estudando o passado para torná-lo atual, vivo e, a partir dele, (re)construir identidades pretendendo a emancipação humana (Andrade et al., 2023, p. 5-6).

Esses são os desafios no que diz respeito à preservação dessa documentação da educação (material ou imaterial), que, ao despertar esse olhar ampliado sobre a educação patrimonial, potencializa ações que podem incidir na mobilização para criação de um local para preservação do arquivo escolar por parte de sua comunidade. Isso faz com que o arquivo escolar se torne o espaço em que os documentos produzidos estarão salvaguardados. Esse material possibilita, ainda, múltiplas leituras sobre o processo educativo do passado e do presente, além de ser um

eixo articulador das atividades de ensino e pesquisa no âmbito da formação de estudantes e futuros professores, extrapolando os muros escolares. Os arquivos escolares ganham vida no esforço hercúleo de transformação em um arquivo organizado, catalogado e funcionalmente integrado às atividades administrativas, de ensino e de pesquisa da instituição educativa. (Xavier, 2021)

Nesse movimento de ir além dos muros escolares, o trabalho pedagógico com o arquivo escolar pode, ainda, descortinar aspectos da própria região – dificuldades, conquistas, desigualdades, entre outros – em relação às políticas públicas implementadas (Marinho et al., 2017). Identifica-se, assim, outra característica importante da preservação e da divulgação desse acervo escolar sobre a percepção do passado para um melhor entendimento da contemporaneidade. Na próxima seção, apresenta-se o Centro de Memória da Educação de Duque de Caxias e Baixada Fluminense como espaço de preservação das memórias da educação na cidade.

O Centro de Memória da Educação de Duque de Caxias e Baixada Fluminense como espaço de pesquisa, arquivo e formação

A ideia de considerar a educação parte integrante do patrimônio social surge como uma provocação fundamental quando se iniciou, em Duque de Caxias, o processo de organização formal de um centro de memória da educação da Baixada Fluminense. Essa iniciativa foi impulsionada pelo trabalho coletivo de professores das redes municipal e estadual, empenhados em registrar e preservar a memória educacional da cidade. Sua atuação estava inserida em uma crítica explícita às abordagens tradicionais da história, especialmente àquelas de orientação positivista.

Esse movimento, além de responder a um anseio pela preservação de memórias da educação, também emergiu num contexto de graves desafios enfrentados pelas instituições educativas locais, o que exigia a construção de novos caminhos de valorização para a educação pública. Dessa forma, a constituição de um centro de memória representa não apenas uma ação de preservação dos documentos da educação, como também uma tentativa consciente de romper com narrativas factualistas e lineares sobre o passado, propondo uma outra perspectiva: a eclosão das memórias subterrâneas, aquelas que vêm “de baixo”, as “não ditas”, as esquecidas (Polak, 1989).

No exercício da luta pelos direitos dos estudantes da educação especial na rede municipal de Duque de Caxias, um grupo de professores — então à frente da

direção do Sindicato dos Profissionais da Educação do Estado do Rio de Janeiro, núcleo Duque de Caxias (Sepe/RJ-DC) — encontrou uma série de documentos de uma escola, considerada a mais antiga do município, ameaçados com a possibilidade de descarte por conta de falta de espaço na instituição educativa para a sua guarda. Nesse contexto, num momento em que a educação começava a ser reivindicada como parte do patrimônio cultural local, tornou-se evidente que não bastava apenas reconhecê-la formalmente como patrimônio. Era necessário, sobretudo, legitimar e valorizar a educação como expressão viva da história e da identidade da cidade (Tuão, 2014).

A partir desse contexto, o debate sobre a relação entre educação e patrimônio foi incorporado às pautas de discussão dos profissionais da educação, durante o percurso do movimento de reivindicações econômico-corporativas e pedagógicas. O tema ganhou força nas assembleias reivindicativas, e a criação de um centro de memória da educação consolidou-se como proposta, integrando oficialmente a pauta do movimento de data-base em 2004. Como resultado das negociações estabelecidas entre os profissionais da educação e a Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, foi instituído o Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense (Cepemhed), formalizado pelo decreto n. 4.805, de 23 de dezembro de 2005. Posteriormente, em 7 de novembro de 2008, essa medida foi ratificada e transformada na lei municipal n. 2.223 (Tuão, 2014).

Camargo e Goulart (2015) evidenciam que centros de memória, embora frequentemente associados a arquivos, constituem espaços de natureza mais complexa e, por vezes, controversa. Esses locais, que abrigam documentos e registros históricos, extrapolam as práticas tradicionais de arquivamento e conservação, incorporando dimensões educativas, políticas e culturais. As autoras salientam que, apesar de não haver um consenso sobre sua configuração ou seu papel social, o que as diferentes experiências evidenciam é que os centros de memória não podem ser reduzidos a uma simples nova nomenclatura para arquivos tradicionais, tampouco podem ser vistos apenas como instrumentos de legitimação de ações institucionais específicas. Seu significado ultrapassa a função técnica, envolvendo disputas de sentido e práticas de preservação viva da memória.

Assim, as dimensões de trabalho do Cepemhed na cidade de Duque de Caxias têm se desenvolvido a partir do entrecruzamento de três eixos centrais: a formação, a pesquisa e o arquivo. Seu decreto⁶ (2005) de criação enfatiza essa articulação

6 Duque de Caxias. Decreto n. 4.805, de 23 de dezembro de 2005. Cria o Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense. Acervo: Cepemhed.

quando explica que o Centro de Memória da Educação deve se tornar “um lugar de referência de produção e divulgação de conhecimentos e de possibilidades de formação docente, configurando-se em um projeto teórico-prático interdisciplinar, integrando ações de pesquisa, preservação de acervo, formação continuada e de educação patrimonial” (Duque de Caxias, decreto n. 4.805, 2005).

De acordo com os relatórios sobre o trabalho do Cepemhed (2024),⁷ desde a descoberta da primeira caixa de documentos — cheia de relatórios da década de 1920 — até a identificação dos acervos mais recentes, uma pergunta segue impulsionando a pesquisa em torno das memórias da educação na Baixada Fluminense: de que maneira pode-se decidir o que merece ser preservado, compreender as razões para sua conservação, definir como organizar e proteger esses materiais e, sobretudo, encontrar formas de socializar o patrimônio da educação com a sociedade?

Andrade et al. (2023) aponta que as reflexões do Cepemhed partem da discussão levantada por Najjar (2010) sobre educação patrimonial como um processo que vai além da simples preservação de bens materiais. Para o autor, o patrimônio cultural precisa ser reconhecido como parte viva da identidade coletiva, envolvendo práticas educativas que mobilizem e incluam as comunidades na valorização e ressignificação de suas memórias. O autor defende que a educação patrimonial deve ser construída em diálogo, como parte de processos de fortalecimento dos laços sociais e da prática cidadã.

Nos relatórios de atividades anual (2018;⁸ 2022⁹), é possível encontrar o diálogo da instituição com Le Goff (1996), sobretudo acerca da noção de que toda memória é, antes de tudo, seleção: preservar algo implica, necessariamente, esquecer outras dimensões da história. Assim, compreende-se que as concepções que fundamentam a escolha do Cepemhed sobre o que é ou não reconhecido como patrimônio na educação em Duque de Caxias carregam as marcas do trabalho coletivo de seleção junto à comunidade escolar, evidenciando as instituições educativas como núcleos de memória,¹⁰ que podem constituir espaços de pesquisa e preservação.

7 Relatório de Atividades do Cepemhed: anos 2022 e 2023, 2024. Acervo: Cepemhed, Fundo Relatórios Institucionais.

8 Relatório de Atividades do Cepemhed: ano 2018, 2018. Acervo: Cepemhed, Fundo Relatórios Institucionais.

9 Relatório de Atividades do Cepemhed: anos 2020 e 2021, 2022. Acervo: Cepemhed, Fundo Relatórios Institucionais.

10 O projeto “Núcleo de memória. História das instituições educativas” é uma proposta de assessoramento às escolas para realização da pesquisa sobre sua própria história.

Nesse sentido, o Cepemhed propõe que o produto da pesquisa coletiva realizada pela comunidade escolar seja materializado em um espaço museal dentro da instituição educativa, possível de nascer quando a vivência espontânea das lembranças se enfraquece e passa a depender de registros formais, assim como enfatiza Nora (1993), em seu conceito sobre os lugares de memória.

O relatório de atividades (2018) destaca que as rodas de memória¹¹ propostas pelo Cepemhed contribuem diretamente com esse processo, sobretudo ao reunir sujeitos diversos para compartilhar suas vivências relacionadas ao cotidiano das instituições educativas. Essas rodas constituem espaços vivos de construção e reconstrução de identidades, contribuindo para fortalecer o sentimento de pertencimento à comunidade escolar. Os autores destacam que o projeto pretende evidenciar as narrativas que não encontram espaço nas versões oficiais, permanecendo, muitas vezes, como vozes silenciadas, no entanto ainda pulsantes, em um diálogo direto com o conceito de memórias subterrâneas desenvolvido por Pollak (1989).

O produto do projeto constitui-se em um acervo de entrevistas que integram o Banco de História Oral do Cepemhed, que tem como objetivo ampliar as possibilidades de acesso a fontes primárias para pesquisadores interessados na investigação das memórias da educação em Duque de Caxias. O projeto reafirma que a memória, como lembra Le Goff (1996), é sempre fruto de escolhas sociais e, nesse sentido, o Banco de História Oral assume uma função ativa na reinterpretação do passado, dando visibilidade a vozes e a experiências historicamente marginalizadas no campo educacional.

Nota-se que a salvaguarda dos documentos selecionados têm sido organizada a partir do projeto Estudo das Lutas em Defesa da Educação Pública¹² que reúne membros da equipe, bolsistas do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FEBF/Uerj) e estagiários de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) em ações de tratamento, conservação preventiva e catalogação do conjunto documental (Cepemhed, 2024).

O projeto tem como objetivo tratar, rearranjar, digitalizar e catalogar o acervo documental para produzir um levantamento descritivo destinado à divulgação entre pesquisadores. Todo o trabalho técnico — envolvendo identificação,

¹¹ O projeto “Roda de memórias. História oral da educação: depoimentos em vídeo” tem como proposta realizar entrevistas com indivíduos envolvidos com a constituição da educação na cidade de Duque de Caxias entre 1950 e 1990.

¹² O projeto Estudo das Lutas em Defesa da Educação Pública propõe desenvolver processos de organização, tratamento e conservação preventiva de documentos das instituições educativas e coleções pessoais de pessoas envolvidas na constituição dos processos educativos na Baixada Fluminense.

higienização, acondicionamento, catalogação e digitalização — tem sido realizado em diálogo com as instituições educativas, integrando teoria e prática. O relatório de atividades (2024) aponta que a identificação permite a produção do arrolamento, registrando dados como quantidade, suporte e estado de conservação, base para a construção da tabela de classificação. A higienização e o acondicionamento têm como finalidade preservar a integridade física do acervo, enquanto a digitalização e a catalogação buscam ampliar o acesso e proteger os documentos originais de possível deterioração provocada pelo manuseio.

De acordo com o relatório de atividades (2024), a proposta de organização dos documentos produzidos pela educação em Duque de Caxias assume o tratamento documental como ação educativa, em consonância com a concepção de educação patrimonial enquanto um instrumento de formação crítica, capaz de provocar questionamentos sobre a história e a identidade coletiva (Najjar, 2010). Nesse sentido, os autores (2024) reafirmam que organizar, conservar e divulgar documentos da educação significa reconhecer neles o potencial de construir vínculos com a história da educação pública e mobilizar processos de apropriação social do saber. Ao identificar e descrever os documentos de instituições educativas, o projeto não apenas preserva a memória, como também participa da revalorização de trajetórias, práticas e narrativas frequentemente invisibilizadas no cenário oficial, reafirmando a dimensão política e crítica da memória escolar.

Nesse cenário, as formas que a instituição encontra de socializar o patrimônio da educação com a sociedade, descritas em seus relatórios, perpassam o atendimento a pesquisadores, a organização de cursos, colóquios e oficinas, e a publicação dos resultados da pesquisa desenvolvida pela equipe do Cepemhed. Os relatórios indicam que, entre 2007 e 2024, foram atendidos cerca de 109 pesquisadores de diferentes cursos, conforme demonstra a Tabela 1:

Tabela 1 – Quantitativo de atendimentos a pesquisadores e respectivo público atendido entre 2007 e 2024

Público	Quantidade	Público	Quantidade
Graduação em educação	22	Professores da rede municipal de ensino	20
Mestrado em educação	23	Doutorado em área diferente da educação	1
Doutorado em educação	4	Outras instituições	16
Estudantes do ensino médio	13	-	-
Professores da rede estadual de ensino	10	Total	109

Fonte: Relatório das atividades desenvolvidas pelo Cepemhed entre os anos de 2007 e 2024. Acervo institucional Cepemhed.

Os relatórios apontam que os estudos desenvolvidos pelos pesquisadores tinham como foco a compreensão do conteúdo e das formas em que a educação vem se desenvolvendo na Baixada Fluminense ao longo dos anos. Os autores destacam a indicação recorrente feita pelos pesquisadores sobre a dificuldade em encontrar documentos preservados sobre os processos educativos na Baixada Fluminense.

O Cepemhed organizou, ao longo de sua trajetória, diversos cursos de curta duração voltados para a formação em memória e história da educação. Nesse artigo, destaca-se o curso Escola: Lugar de Memória e Experiências em Educação, com duração anual, que teve sua última edição no ano de 2019, estruturado a partir da perspectiva da educação patrimonial. Durante o curso, eram promovidas aulas teórico-metodológicas que fundamentavam a abordagem adotada.

Nunes et al. (2019) aponta que no eixo teórico trabalhava-se o conceito de educação patrimonial conforme apresentado por Najjar (2010), a dimensão da experiência segundo a perspectiva de E. P. Thompson (1992) e a noção de memória elaborada por Polak (1989). No âmbito metodológico, o curso introduzia os participantes ao uso da história oral, dos arquivos escolares e da fotografia como fontes de pesquisa em educação. Também eram realizadas oficinas práticas de conservação preventiva de documentos, buscando sensibilizar os estudantes para a importância da preservação material dos registros históricos.

O programa incluía, ainda, visitas técnicas a espaços de arquivamento e documentação, com destaque para o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj), instituição que reúne acervos significativos sobre a educação na Baixada Fluminense. Além disso, desenvolvia-se o projeto Leituras da Educação, por meio do qual eram realizadas visitas mediadas a escolas da rede municipal e estadual de Duque de Caxias, com o objetivo de articular a observação *in loco* às discussões sobre memória e patrimônio escolar.

Ao final do percurso formativo, os estudantes eram convidados a apresentar suas pesquisas no seminário de conclusão do curso, constituindo um espaço de socialização do conhecimento e de fortalecimento do vínculo entre formação acadêmica, preservação da memória e práticas de pesquisa em educação (Nunes et al., 2019).

Os relatórios apontam para a realização de diferentes edições do Colóquio Política, História da Educação e História da Infância nas Cidades que se configura como um momento de encontro, reflexão e intercâmbio entre pesquisadores, educadores e estudantes que se dedicam ao estudo das relações entre educação, memória, infância e sociedade. Esses encontros foram concebidos como espaços de socialização das pesquisas desenvolvidas em nível de mestrado e doutorado, reunindo pesquisadores e fortalecendo os vínculos acadêmicos e institucionais.

Por meio dessas iniciativas, o Cepemhed buscou não apenas divulgar resultados de investigação, como também fomentar o debate sobre metodologias de pesquisa histórica, a partir de categorias como memória, história e experiências, articulando diferentes perspectivas teóricas e práticas investigativas e promovendo a produção de conhecimento sobre a educação na região.

A Oficina Teórica e Prática de Conservação Preventiva de Acervos Escolares, de acordo com o relatório (2024) tem sido oferecida para as instituições educativas a partir do núcleo de memórias e dos projetos interinstitucionais desenvolvidos em conjunto com o Instituto de Educação Governador Roberto Silveira (IEGRS) e com a FEBF/Uerj, assim como para pessoas e instituições que se interessem pelo assunto. Tem como objetivo apoiar as instituições educativas na conservação dos seus acervos. O relatório (2024) aponta que os arquivos constituem autênticos relicários da memória, responsáveis pela preservação da identidade institucional e educacional. Sendo assim, ao resguardar documentos históricos, desempenham um papel fundamental tanto para o desenvolvimento de pesquisas quanto para a construção das identidades escolares e comunitárias.

De acordo com o relatório de atividades (2024), a pesquisa sustenta as iniciativas desenvolvidas pelo Cepemhed, direcionando suas práticas de preservação, formação e disseminação do conhecimento. A análise das instituições educativas, nesse processo, assume papel central, contribuindo tanto para o aprofundamento da compreensão histórica da educação quanto para a ampliação das possibilidades investigativas, ao disponibilizar fontes, metodologias e interpretações que alimentam novas pesquisas. Os resultados das pesquisas são divulgados em publicações em capítulos de livros, revistas e congressos voltados para a educação.

Considerações finais

A análise do Cepemhed, situada no contexto histórico, social e educacional de Duque de Caxias, permite compreender que a criação de um centro de memória da educação não se limita à construção de um espaço físico destinado ao armazenamento de documentos, mas constitui uma ação política de enfrentamento ao esquecimento, de resistência às narrativas hegemônicas e de valorização das memórias forjadas no trabalho no interior das escolas públicas. Em um território marcado por desigualdades históricas e carente de políticas estruturadas de preservação documental, a instituição de um centro com essas características representa uma ruptura com a lógica da invisibilidade que historicamente recai sobre a educação nas periferias urbanas.

Ao integrar ações de pesquisa, de formação e de salvaguarda de acervos, o Cepemhed tem se constituído como uma escola de educação patrimonial comprometida com a democratização do saber e com o reconhecimento dos sujeitos que fazem a história da educação. A concepção de memória adotada pela instituição dialoga com a tradição crítica que reconhece seu caráter seletivo e conflituoso, marcado pelas tensões entre as versões oficiais e as experiências subterrâneas dos grupos sociais subalternizados. Reconhecer a escola como lugar de memória e os arquivos escolares como patrimônios vivos significa dar centralidade às práticas educativas como forma de intervenção no mundo, o que implica criar as condições para que essas narrativas possam emergir.

Ao assumir o tratamento documental como uma ação educativa e formativa, a instituição transforma o acervo em ferramenta de leitura crítica da realidade e instrumento de formação docente comprometida com o território. A memória, assim compreendida, deixa de ser apenas registro do que passou e se torna matéria viva para a construção de futuros possíveis. Isso posto, reforça-se, ainda, a necessidade de políticas públicas que reconheçam a importância dos centros de memória como espaços estratégicos para a defesa da escola pública, da educação como direito e da memória como campo de transformação social.

Todo trabalho desenvolvido pelo Cepemhed é fruto do esforço coletivo de sua equipe, da qual, além das autoras, participam Fernando Rodrigo dos Santos Silva, Juan Marcus dos Santos Pereira, Márcia Montilio Rufino, Thays Rosalin de Araujo e Yasmim Cabral do Egito.

Referências

- ANDRADE, M. S. de. et al. Memória e patrimônio: práticas museais de uma instituição educativa. *Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura*, Campinas, SP, v. 31, p. 1-22, 2023. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8671147>. Acesso em: 29 abr. 2025.
- BRAZ, A. A.; ALMEIDA, T. A. *De Merity a Duque de Caxias: encontro com a História da Cidade*. Caxias, RJ: APPH-Clio, 2010.
- CAMARGO, A. M.; GOULART, S. *Centros de Memória: uma proposta de definição*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2015.
- COSTA, M. S. T. da; TUÃO, R. S.; ANDRADE, M. S. de; ARAÚJO, T. R. de. A história oral como fonte de pesquisa em educação no município de Duque de Caxias. *Cadernos do Desenvolvimento Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 27, p. 173-194, jul./dez. 2024. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/cdf/article/view/87255>. Acesso em: 29 abr. 2025.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- LE GOFF, J. *História e Memória*. 4. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.
- LUSTOSA, J. *Cidade de Duque de Caxias: desenvolvimento histórico do município – dados gerais*.

- Rio de Janeiro: IBGE, Serviços Gráficos, 1958.
- MARINHO, N. et al. Celeiro de cultura e memória: um Instituto de Educação em Duque de Caxias. *Revista Educação em Foco*, Juiz de Fora, v. 22, n. 2, p. 112-144, maio/ago. 2017.
- NAJJAR, J. Educação patrimonial e identidade: algumas questões em debate. In: CARNEIRO, V. et al. *Movimentos instituintes em educação: políticas e práticas*. Niterói: Intertexto, 2010. p. 141-153.
- NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História: Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP*, São Paulo, n. 10, p. 7-29, dez. 1993.
- NUNES, C. D.; FERNANDES, K.S.; COSTA, M. S. T. da; TUÃO, T. S. Formação Docente na Baixada Fluminense: Curso Escola. Lugar de Memória, Pesquisa e Experiências em Educação Patrimonial. In: SEMINÁRIO NACIONAL DO HISTEDBR, 11; SEMINÁRIO INTERNACIONAL DESAFIOS DO TRABALHO E EDUCAÇÃO NO SÉCULO XXI, 4; SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO HISTEDBR, 1, 2019, Uberlândia. *Anais [...]. Uberlândia: Navegando Publicações*, 2019. p. 2177-2193.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos: Memória*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- POLLAK, M. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.
- SANFELICE, J. L. Introdução. In: SANFELICE, J. L.; JACOMELI, M. R. M.; PENTEADO, A. E. de A. (org.). *Histórias de instituições escolares: teoria e prática*. Bragança Paulista: Margem da Palavra, 2016. p. 15-46.
- SAVIANI, D. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 10. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.
- THOMPSON, P. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- TUÃO, R. S. *Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense: Uma Experiência Instituinte em Educação Patrimonial*. 2014. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014.
- XAVIER, L. N. História de um Centro de Memória e História da Educação: o Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (Proedes) da FE-UFRJ. *Revista CPC*, São Paulo, v. 16, n. 32, p. 251-267, jul./dez. 2021.

Recebido em 30/4/2025

Aprovado em 29/8/2025